



A institucionalização da Wicca no Brasil: entrevista com a bruxa wiccaniana *Mavesper Cy Ceridwen* *The Institutionalization of Wicca in Brazil: Interview with the Wiccan Priestess Mavesper Cy Ceridwen*

*Celso Luiz Terzetti Filho**

Introdução

A Moderna Bruxaria, mais conhecida como Wicca, originou-se na Grã-Bretanha tendo como principal influência as obras de Gerald Brosseau Gardner, antropólogo e folclorista amador que, no final da primeira metade do século XX, apresentou o que afirmava serem as crenças e rituais de uma religião ancestral em vias de extinção. A estrutura da Wicca baseava-se numa miríade de elementos de magia cerimonial e teorias folclóricas que exerciam grande fascínio no meio ocultista. Na década de 60 e 70, a Wicca cruzou o Atlântico e se encontrou com a contracultura americana mostrando-se uma alternativa aos jovens do *baby boom* em relação a um *establishment* cristão patriarcal. Com autoras como Z. Budapest e Starhawk, a Wicca tornava-se, agora, a face espiritualizada do feminismo contracultural. No final da década de 80 e 90, a Wicca chega ao Brasil no bojo da Nova Era e suas espiritualidades alternativas. Autonomia e liberdade são palavras fundamentais para os bruxos que encontram na Wicca uma religião livre da imposição dogmática que caracteriza as religiões abraâmicas. A possibilidade de cultuar seus deuses e deusas a partir de panteões diversos, rearranjar os elementos rituais da forma que lhe seja mais aprazível e, principalmente, não precisar de nenhum mediador em seu contato com a divindade, são alguns dos principais fatores que levam muitas pessoas a encontrarem nessa religião a alegria e bem estar que não encontram em outras.

Devido a esses valores primários, autonomia e liberdade, os bruxos são relutantes a qualquer forma de centralização ou organização que cerceiem estes elementos basilares.

Em 2010, durante a realização do 13º BBB – Bruxos Brasileiros em Brasília, um grupo de quase 80 bruxos conheceu e debateu a proposta de criação de uma entidade religiosa, registrada conforma o Código Civil, para reunir praticantes de Wicca e

* Doutorando do Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião da PUC-SP. Contato: clterzetti@gmail.com

bruxaria em todo o Brasil, bem como dedicados (pessoas em preparação para o sacerdócio wiccaniano). Cinco bruxos, de tradições diferentes, formaram o Conselho de *Elders* e assumiram a direção dos trabalhos da IBWB (Igreja da Bruxaria e Wicca do Brasil). Desde então, a proposta dividiu os wiccanianos no Brasil em três grupos: os que eram a favor, contra ou os que não ligavam para isso. A proposta da igreja¹ é apresentada como uma alternativa de proteção legal aos direitos dos bruxos em relação às garantias de liberdade de culto de sua religião. Para os críticos, é puramente uma tentativa de centralização da Wicca nas mãos de uma única organização. Para os defensores, uma oportunidade de terem sua religião legitimada pelo poder público.

Para saber um pouco mais sobre a proposta da igreja, a posição desta perante a comunidade wiccaniana e as tentativas de regulação do religioso no Brasil, conversamos com a sacerdotisa wiccaniana fundadora da Tradição Diânica do Brasil e uma das fundadoras da IBWB, Mavesper Cy Ceridwen. Mavesper, cujo nome civil é Márcia Bianchi, é advogada de formação, mestranda em Poder Legislativo e especializada em análise junguiana. Tem 51 anos, 23 deles dedicados à religião das bruxas. É autora do livro *Wicca Brasil: Guia de rituais das Deusas brasileiras*² e presidente da ABRAWICCA (Associação Brasileira de Arte e Filosofia da Religião Wicca).

Essa entrevista foi realizada durante o 13º EAB (Encontro Anual de Bruxos) no dia 30 de março de 2014, antes do ritual de encerramento do evento, numa chácara no interior de São Paulo.

Como você chegou até a Wicca?

Eu estou na Wicca desde 1991. Então, são 23 anos de caminho wiccaniano. Eu fui criada aqui em São Paulo numa família católica. Depois, no final da adolescência, eu me tornei umbandista. Fui umbandista durante 12 anos. Gostava muito dessa religião e acabei sendo tirada dela pelo chamado da Deusa. Li o primeiro livro publicado sobre Wicca no Brasil, que foi *O poder da Bruxa*, de Laurie Cabot, uma autora americana, e a partir dali eu escutei o chamado da Deusa. Na verdade, um impulso muito forte pelo caminho wiccaniano se impôs e me fez mudar de religião. Não foi um processo simples, nem fácil, porque eu gostava muito da Umbanda; apesar de, na época, eu não ter muito conhecimento ainda sobre a Wicca, eu sentia que não dava para tentar compatibilizar as duas práticas. Numa tendência muito comum no Brasil, de miscigenação cultural, as pessoas geralmente me falavam assim: “Ah, mistura as duas coisas”, e eu achava que não era possível fazer isso. Instintivamente, mesmo sem conhecer a estrutura da Wicca, eu

¹ A Própria palavra Igreja contém um sentido pejorativo para muitos wiccanianos, pois é uma referência direta ao cristianismo opressor.

² São Paulo: Gaia, 2003.

sabia intuitivamente que isso não ia rolar. E hoje eu entendo o porquê. Porque a Umbanda ainda é uma religião cristã e a Wicca é uma proposta de paganismo, quer dizer, uma ruptura com toda a cosmovisão do Cristianismo. Então, depois que eu entendi o que era Wicca realmente, percebi porque era realmente bastante incompatível. E aí fiz essa transição, primeiro como bruxa solitária e autoiniciada; depois, me juntei a um grupo lá em Brasília, da Mirella Faur. Fiquei quase cinco anos nesse grupo. Não era um grupo muito voltado exatamente à Wicca. Era mais o que a gente chama na religião de *Goddess Oriented*, é uma coisa mais voltada só para o sagrado feminino, mas tem uma proposta de prática religiosa propriamente dita. Aprendi muita coisa nesse grupo com a Mirella (que trouxe práticas aprendidas em cursos e pesquisas em outros países, especialmente os EUA) e com estudos individuais, e depois me propus a fundar meu próprio *coven*³ wiccaniano. Trabalhamos em um determinado grupo até se fixar um grupo de praticantes. Isso foi em agosto de 98, data que a gente considera a formação do *coven* Círculo de Prata.

Esse *coven* começou com uma proposta de trabalhar com homens e mulheres, que é uma proposta bem da Wicca mesmo, mas, durante muitos anos, houve só mulheres no grupo, por circunstâncias diversas. Esse tipo de grupo tem uma população meio flutuante e algumas pessoas acabam saindo, porque as pessoas chegam à religião Wicca, às vezes com uma visão muito romantizada da coisa. Às vezes, acham que têm vocação sacerdotal e na verdade não têm. Então elas praticam um tempo, depois acham um fardo ser sacerdote ou ser sacerdotisa - e é mesmo. Eu costumo definir minha religião assim: *eu digo que, para se tornar um sacerdote ou sacerdotisa wiccaniana, você precisa ter exatamente o mesmo tipo de vocação que tem um católico quando ele decide que vai ingressar no seminário, no convento, para ser padre ou freira. Vai passar por um treinamento sacerdotal, uma investidura no sacerdócio e dedicar a vida principalmente a isso.*

As pessoas confundem um pouco porque, como a bruxa wiccaniana não tem uma vida só de sacerdócio - ela pode ter outra profissão, ela vai cuidar da família etc. -, as pessoas consideram que isso seria uma coisa secundária na vida de quem assume o sacerdócio quando não pode ser. Ser sacerdote tem que ser um ponto central da sua vida, e as outras coisas vão se adaptando ao sacerdócio. E, às vezes, a pessoa não está interessada exatamente no sacerdócio. Ela está interessada em ser pagã, gosta dos valores pagãos, está interessada em fazer rituais ou em fazer magia, feitiços para resolver questões pontuais da vida e acaba entrando para um treinamento e recebendo a investidura sacerdotal à toa. Então, grande parte do nosso trabalho público tem sido explicar isso para as pessoas, dizer: *não precisa se iniciar dentro da Wicca. Se você se iniciar, isso quer dizer que você quer assumir um sacerdócio. Você pode celebrar, fazer isso de vez em quando, quando estiver a fim. Mas não precisa entrar num esquema iniciático etc.*

³ Estrutura básica de um grupo de bruxas.

Acho que a religião no Brasil, hoje, chegou a um nível de mais maturidade. A gente consegue perceber que as pessoas não estão mais com aquela visão romântica de " *Oh, vou fazer a mesma coisa que a Morgana das Brumas de Avalon!* ", porque o sacerdócio não é uma coisa fácil em religião nenhuma. Então a vocação que a gente tem para ser wiccaniano tem que ser o mesmo tipo de vocação que alguém que foi treinado para ser pai de santo, mãe de santo, pastor, padre, freira, monge budista.

Então, eu fundei meu grupo e sempre tive uma vocação desde a sua fundação para fazer trabalhos públicos porque muitas pessoas me procuravam, principalmente pela internet, aí eu encontrei a ABRAWICCA, que tinha sido fundada um ano antes pelo Claudiney Prieto, me juntei a esse grupo da ABRAWICCA e, desde 2003, sou presidente da ABRAWICCA.

Em relação às organizações pagãs no Brasil: como e por que houve a necessidade de institucionalizar?

Acho que a primeira institucionalização da Wicca no Brasil é a da ABRAWICCA. Ela surgiu em 1998, quando duas pessoas que estão aqui, a Denise De Santi e o Wagner Périco (eles realmente foram os pioneiros da Wicca no Brasil, na década de 90), tiveram um encontro de bruxos no Hotel Danúbio, região da Augusta (na cidade de São Paulo). Foi o primeiro encontro público de praticantes de Wicca do Brasil e ali surgiu a ideia de se fazer uma associação que viria a se concretizar na ABRAWICCA, cujo primeiro presidente foi o Claudiney Prieto. Em 2000 institucionalizamos a ABRAWICCA, ela se tornou pessoa jurídica e foi registrada num cartório de Brasília; eu já era, então, assistente jurídica da ABRAWICCA. Desde então, ela funciona exatamente nos moldes de associação e, desde 2003, o Claudiney saiu da associação e eu sou a presidente.

A associação funciona como uma associação mesmo, tendo eleições periódicas. Aí, em 2002, o Código Civil mudou. O que isso acarretou? Quando o novo Código Civil surgiu, ele dizia especificamente que todos os tipos de igreja eram associações. Até então, no Código Civil antigo, de 1916, era assim também. Então qualquer igreja - fora a católica, que tinha um espaço diferente porque o Vaticano é um país -, as outras todas, sempre funcionaram como associações. Não só a igreja evangélica como qualquer forma de igreja, ou, por exemplo, os centros espíritas e terreiros, que tinham personalidade jurídica, sempre foram associações. Quando o Código novo surgiu, tinha um artigo que dizia: *Quando uma pessoa sai de uma associação, ela tem direito a exigir em juízo tudo que ela deu em doação para essa associação.* A bancada evangélica do Congresso pirou, porque aquilo era um problema grave para as igrejas evangélicas. Então, o Código foi publicado em 2002 para entrar em vigor em 2003. Durante um ano, houve vacância da lei, que é um período para as pessoas se acostumarem a grandes mudanças legislativas, antes da entrada em vigor das novas regras.

Mas, nesse ano, mesmo antes de o novo Código entrar em vigor, a bancada evangélica conseguiu mudar o artigo que tratava disso. Eles entraram com um Projeto de Lei e, em menos de um ano, mudaram o Código novo. E aí é que se criou no Direito brasileiro a figura de *entidade religiosa*. Então, as sociedades e as pessoas jurídicas passaram a ser *sociedades* (se têm fins comerciais); *associações* (se não têm fins lucrativos) e *entidades religiosas*, ou seja, igrejas. E as igrejas estão fora das regras que o Código determina para as associações.

Então durante bastante tempo, entre 1999 e 2003, eu fui uma das vozes que dizia, inclusive na própria ABRAWICCA, que o certo era sermos uma associação, que não tinha necessidade nenhuma de ser uma igreja porque o Direito brasileiro tratava todas as igrejas como associações. A partir de 2003, esse status jurídico mudou.

Embora eu compreenda que para pessoas sem formação jurídica é meio difícil entender porque as coisas mudaram, e porque meu discurso mudou, é fato que as pessoas precisam se adaptar às mudanças que o direito novo causa na sociedade.

Mas até aí a ideia de institucionalização é uma ideia que choca o paganismo. Chocava a mim também, mas eu tive que me render ao fato de que as vantagens da institucionalização são bem maiores que as desvantagens. Então se trata de as pessoas se educarem sobre isso. É a ignorância de todas essas coisas que geram tantas críticas à ideia da IBWB.

Por que choca? Porque o paganismo todo é considerado uma coisa meio anárquica. Não tem autoridades centrais, não tem um livro base e não tem ninguém que possa mandar em outro. Então a vocação natural de todas as formas de paganismo é ter pequenos grupos autogestionados, no máximo meia dúzia de grupos reunidos numa tradição, mas também sem autoridades centrais. Quer dizer, é tradição porque pratica ritos semelhantes, mas não porque tem uma autoridade que hierarquicamente vai mandar nas outras. Então, eu mesma era contra essa ideia e, durante muitos anos, defendi que nós nos uníssemos apenas em *associação, com fins de associação mesmo, que é trabalhar por interesses comuns, divulgar conhecimento, etc.* Esse tipo de coisa não tinha porque ter uma personalidade jurídica para representar os pagãos. Só que o Código mudou. Daí, eu, já como jurista, sabia que as coisas tinham mudado. Então, agora existe entidade religiosa, ou seja, igreja.

As igrejas passaram a ter algumas vantagens legais. Por exemplo, elas não pagam impostos. Então, se eu comprar um imóvel e ele for a sede de uma igreja, não paga IPTU. Isso não é só em relação às igrejas pagãs, mas a qualquer igreja. Então eu já começava a ver, como advogada, vantagens em ser uma instituição formada como entidade religiosa. Mas isso lutava dentro de mim com aquela ideia, que não é agradável para nenhum pagão, de institucionalizar um grupo.

Só um parêntesis para dizer que sou pessoalmente contra todas as vantagens econômicas em termos de dinheiro público dada a qualquer igreja. Acho que todas as

igrejas deveriam pagar impostos sobre sua arrecadação dos adeptos, mas isso é uma questão política maior. Não acho que igrejas devam receber qualquer benefício com dinheiro público, mas, enquanto for assim para as outras, também deve ser assim para nós, até que isso mude e a coisa pública seja moralizada. Mas não vou fugir ao tema mais.

No segundo governo Lula, ele assinou a Concordata com o Vaticano. Um acordo internacional dizendo que direitos o Vaticano tinha no Brasil e tratando de propriedades de igreja etc.

Foi nesse acordo que entrou a questão do Ensino Religioso também?

A Lei do Ensino Religioso é mais antiga, ela é da década de 90. Só que a Concordata introduziu uma exceção àquela regra, que determinava que o Ensino Religioso, exceto nas escolas confessionais, sempre seria de cunho comparativo. A Lei tem uma expressão assim: “mostrando a diversidade de opções religiosas do povo brasileiro”. Principalmente, em se tratando do ensino público. E aí a Concordata com o Vaticano vem dar um outro colorido, eu não me lembro agora do artigo de cor, mas vem dizer alguma coisa do tipo: *Ah, tudo bem, mostra a diversidade, mas de preferência para a Igreja católica*. É alguma coisa que pode ser interpretada assim. Não é literalmente isso que está na lei, mas agora me foge o texto exato.

Como qualquer tratado internacional, isso entra no ordenamento jurídico brasileiro como lei. Lei ordinária. E de novo os evangélicos piraram. *Poxa, eles têm todos esses direitos e nós não. Ah, então nós queremos os mesmos direitos*. E começou correr no Congresso uma proposta feita pela bancada evangélica chamada de Lei Geral das Religiões. Ela foi votada na Câmara, está no plenário do Senado. E naquela fase de tramitação de lei é assim: se o Senado mudar, a Câmara opta pelo texto dela ou pelo texto do Senado, se não mudar, vigora o da Câmara que já foi votado. A tendência, que a gente que milita nesse ramo considera, é de que eles tendem a aprovar o texto como ele veio da Câmara e rejeitar as mudanças do Senado. No Senado, o senador Suplicy, por atuação de grupos de que participamos de defesa da diversidade religiosa, ofereceu algumas emendas que salvaguardariam as religiões minoritárias, como as religiões pagãs e as de matriz afro. Porém, cremos que essas emendas tendem a cair na Câmara porque a bancada evangélica é mais numerosa do que no Senado.

Essa lei fala o quê? Por que ela criou algum risco para nós de religiões minoritárias? No Direito brasileiro, a religião sempre foi reconhecida na ordem constitucional. O Estado é laico. O Estado não é para interferir em questões religiosas e ele tem um compromisso de proteger a liberdade da prática religiosa. Então, por exemplo, nós, a nossa religião, exige que a gente faça rituais em espaços da natureza. Então eu posso ir numa praça pública celebrar um ritual de Wicca, mas tenho que me submeter às regras

para uso do espaço público. Então tem lá o Parque do Ibirapuera, que nós usamos aqui em São Paulo durante anos, entendeu? O Parque da Cidade lá em Brasília, em que, em 16 anos, ininterruptamente, a gente celebra a lua cheia no Parque publicamente. Como isso foi feito? Tem lá as regras da prefeitura e do local. Você cumpre aquelas regras e pode usar o espaço público. Isso é garantido para você. Então por exemplo, em Brasília nosso culto estava para ser invadido por evangélicos que tinham resolvido que não podia ter bruxa na cidade. A polícia foi lá garantir a realização do nosso culto. Então o papel do Estado laico é esse: *Garantir que a expressão religiosa vai ser realizada, nos moldes da lei, por uma entidade organizada nos moldes da lei, e ninguém vai atrapalhar*. Então, até o uso da força policial para garantir o culto a Constituição nos garante.

Isso nunca teve nenhuma restrição, porque a Constituição não falava em igreja. Não existia uma legalização da religião. Quando o Código Civil sofreu aquela mudança de 2003, então passou a existir uma coisa chamada *entidade religiosa*. E esse Projeto da Lei Geral das Religiões diz assim: *É garantido a proteção a qualquer forma de culto religioso...* só que ele coloca um pedacinho a mais: que a proteção será garantida às instituições religiosas e não menciona mais nada, ou seja, não se refere à prática religiosa fora de instituições.

Isso pode ser interpretado pelos tribunais assim: *choveu no molhado, é para todo mundo*. Ou pode ser interpretado assim: *só vai ser protegido, só vai ter a garantia da polícia de que não vai ter ninguém atrapalhando o culto, da autoridade que vai autorizar o espaço público aqueles que estiverem organizados na forma do Código Civil como entidades religiosas, ou seja, igrejas*. Entendeu?

Então, esse é o perigo. Essa lei vai nos fazer perder a proteção que hoje a gente tem ou não? Para nos antecipar a isso, porque quando um projeto está correndo e este já está correndo há uns cinco anos, você não sabe quando, mas pode virar lei amanhã. Se tiver vontade política em relação a isso, e a força da bancada evangélica no Congresso é gigantesca, né? Se a gente hoje juntar no Congresso Nacional a bancada católica com a evangélica, dá mais de 70% dos congressistas, então é uma máquina de votar.

E o que acontece? Da noite pro dia, isso poderia acontecer. Então uma associação como a ABRAWICCA não ia ter direito de fazer um ritual no parque garantido, nem um bruxo solitário teria as garantias, porque esse direito só seria reconhecido às entidades religiosas. Foi isso que nos levou a propor a criação da IBWB - Igreja de Bruxaria e Wicca do Brasil, dizendo assim: *gente, vamos nos organizar como entidade religiosa* e, daí, a gente se juntou e eu chamei as pessoas que eram representativas das lideranças mais antigas da Bruxaria do Brasil e, também, pessoas que se interessaram pelo tema. No fim, foi natural a liderança dos cinco Elders escolhidos. Eu, a Denise De Santi, o Wagner Périco - que são aqueles que tinham feito aquele primeiro encontro, em 1998; o Claudiney também foi convidado, mas não podia na época, não aceitou; e a Naelyan Wyvern, que era lá de Brasília, também, e a Michaela Engel, a primeira

pessoa que fez um texto muito conhecido sobre bruxaria, no começo da década de 90, que foi base para muitos praticantes. Creio que representamos, nós cinco, a própria história da Wicca no Brasil, os fundamentos de todo trabalho público que foi gerador de grupos e tradições diversos. Representamos a fonte de que a imensa maioria dos praticantes de Wicca bebeu – mesmo aqueles que mais nos criticam. Ficou faltando apenas o Claudiney, que eu gostaria muito de que tivesse participado. Então essas cinco lideranças formaram um conselho de *Elders* da Igreja de Bruxaria e Wicca do Brasil para termos uma entidade religiosa no seguinte sentido: *É para mandar?* Não, é uma coisa para institucionalizar mesmo e para dar representatividade e oficializar que aquela pessoa é um praticante de Wicca perante as instituições.

O que mudou o fato de a gente ter constituído essa igreja? Só usando um exemplo para você entender: é tudo uma questão jurídica mesmo. Exemplo prático: ano retrasado, eu recebi na minha casa uma bruxa norte americana. Ela vinha para realizar função sacerdotal no Brasil, dar cursos etc. Ela poderia ter vindo com o visto de turista, mas ela não poderia trabalhar. Agora, existe um visto para sacerdotes que as igrejas pedem para o Itamaraty. Então a IBWB pediu o visto dela como sacerdotisa. Então ela entrou no Brasil com o visto de sacerdotisa sob a responsabilidade da igreja, da IBWB. E esse não é um visto que tenha a permanência limitada. Ela poderia ficar aqui de uma semana até, sei lá, o resto da vida, desde que a igreja que a apresentou assumisse legalmente responsabilidade pelo seu sustento e pelo seu eventual repatriamento. Então é um visto especial, a que todas as igrejas do país têm direito e que usam com frequência para trazer pessoas de fora. É um direito que gente também tem. São as vantagens de se ter uma igreja.

Outra vantagem legal, por exemplo: concurso para capelania militar. Sem ter uma igreja como a IBWB, não tem ninguém para atestar *fulano de tal é um sacerdote da Wicca, fulana é uma sacerdotisa*. Então é um concurso público que dá salário etc. – então, para esse fim, a igreja funciona. Ela atesta: *fulano é sacerdote wiccaniano. Eu me responsabilizo pela ação de fulano como sacerdote wiccaniano*.

Outro tipo de coisa: prestar assistência religiosa em prisões, hospitais etc. Às vezes tinha caso de pagãos que estavam lá na UTI e queriam uma benção e aí o hospital não permitia porque a Wicca não era religião. Aí você vai com o comprovante, que é uma declaração da IBWB com o credenciamento sacerdotal; então, o sacerdote não pode ser barrado no hospital, na prisão etc. Então, são coisas que são direitos, direitos que as outras igrejas sempre exerceram e que a Wicca não exercia porque tinha essa opção de nunca se institucionalizar.

Um outro exemplo: como a carteirinha da IBWB credenciando sacerdotisas e sacerdotes tem todos os dados da identidade, nome civil e nome pagão, CPF, filiação, etc., algumas pessoas conseguiram já usar a identidade para embarcar em voos quando

perderam o RG. Embora não seja algo legalmente imposto para valer como documento, pode ser aceito porque a igreja atesta a veracidade das informações.

Entendi. É uma legitimação perante o Estado.

Exatamente. E só serve para isso. Não é para influenciar na vida de como os bruxos trabalham, como eles vão praticar o seu sacerdócio.

E o que dizer dessa reação contrária à institucionalização da Wicca na figura da IBWB?

Então, a reação é por motivos diferentes. Primeiro, tem uma reação ao uso da palavra igreja. Porque a lei não obriga o uso da palavra igreja, a gente poderia ter colocado, sei lá, "Templo de Bruxaria", "Tradição, blá, blá, blá..." Só que isso foi uma sugestão minha que o pessoal que fundou aceitou. Eu trabalho há muitos anos nessas comunidades de diálogo inter-religioso. E, se você não falar em igreja, as pessoas não sabem do que você está falando, ou seja, utilizar a palavra igreja teve a intenção de mostrar para os leigos que, quando falamos em bruxaria e Wicca, estamos falando de uma verdadeira religião. Claro que o nome poderia ser outro, mas daí se perderia a vantagem de usar um vocábulo muito explícito, que as pessoas leigas e não pagãs sabem imediatamente do que se trata.

Não é uma questão interna da religião, então?

É uma questão política, muito mais voltada para quem não é pagão do que para quem é pagão. Porque, para quem é pagão, essa igreja tem que ser entendida assim: é uma associação religiosa que você vai fazer na forma da lei para poder se apresentar para o Estado como membro da sua religião. Para o público externo, é assim: *Que diabo é uma sacerdotisa de Wicca? Ah, é o membro de uma igreja, é igual um pastor, um padre, uma mãe de santo.* Então eles entendem, sacou?

Só que muita gente não aceitou isso e critica isso dizendo... *Ah, a igreja lembra opressão do Catolicismo.* Uma ignorância. Igreja quer dizer *ekklesia*, e *ekklesia* quer dizer comunidade e igrejas não existiam só no Cristianismo, mas muito anteriormente, nas próprias religiões pagãs antigas. Mas não adianta a gente falar, se a pessoa está cismada com aquele negócio, é uma questão psicológica mesmo. Só que temos a esperança de que essa bobagem, esse preconceito com a palavra igreja, seja superado com o tempo.

E, por outro lado, as pessoas questionam a forma como a igreja foi criada. Por quê? Esses cinco *Elders* do conselho têm mandato vitalício. *Ah, eles querem ser as pessoas que vão mandar na Wicca.* Não, o que a gente percebeu é que se a gente tivesse uma

associação com alternância de poder, como é a ABRAWICCA por exemplo, o que aconteceria? Você não tem uma linha mestra de trabalho. Nenhuma igreja tem grandes alternâncias democráticas de poder. Então, a acusação e as críticas: *Ah, não é democrática, vocês querem mandar em todo mundo.* Não, a gente não quer mandar em todo mundo. A gente deu o *start* de uma coisa simples. Você chega aqui pra mim hoje e fala: *eu sou bruxo.* Às vezes a pessoa fala isso sem nem saber o que significa dentro da nossa prática. Então, pra eu saber que você é um bruxo, o que eu tenho que saber? Qual é a sua relação com o sagrado, como são seus cultos, como é seu modo de comportamento, como é a sua ética, se tem a ver com a religião. Existe, por mais diferenças que a bruxaria tenha, um corpo de conhecimento comum, um corpo de crenças comum. Tanto isso é verdade que nós cinco, com práticas tão diversas, sabemos reconhecer isso com facilidade. Todo bruxo experiente sabe.

Então, a IBWB se juntou nesse sentido. Como que eu posso atestar? Eu vou aceitar como? Como é que alguém chega e eu vou referendar essa pessoa numa prática de bruxaria perante o Estado? Quer dizer, um monte de gente se diz bruxa e, na verdade, é outra coisa. É tarólogo, é pai de santo, é esotérico, é o cara que faz, sei lá, magia popular, tipo simpatia. Isso não é bruxo, né? Bruxo é uma coisa específica, dentro de uma liturgia específica. Então, tem que ter aqueles pontos comuns, por mais diferenças que tenha nos detalhes da forma do culto.

Nós cinco, os *Elders* fundadores, temos práticas muito diferentes. Então, representamos bem essa diversidade. Mas a gente sabe o que tem em comum e a gente se reconhece, uns aos outros, como bruxos. Então, qual é a ideia? É de referendar quem você conhece.

Então, começamos nós cinco. Quem são os bruxos que você conhece? *Fulano, fulano e fulano. Tá, eles querem entrar? Querem. Então eles já estão dentro.* Nós os conhecemos pessoalmente. Agora você, Celso, chega para mim em fala: *Eu sou bruxo.* O que eu vou dizer? *Ok, Celso, então vamos lá. Vou fazer uma breve entrevista com você. Que divindade você cultua, qual a periodicidade desse culto. E você vai me falando.* Aí eu vou te observar, num tipo de estágio de observação. *Ah, no dia tal eu vou celebrar a lua cheia lá com meu coven e você está convidada.* Aí vai um observador da igreja, assiste um culto, acompanha a celebração durante um certo tempo e aí te apresenta lá uma declaração, vai achar no site da igreja os procedimentos. *Comprometo-me a isso, isso, isso etc.* Quer dizer, é a base da prática da bruxaria. É uma coisa assim, se você não faz aquilo, não dá pra dizer que a sua prática é bruxaria. Muito aberto, muito, assim, a base da base mesmo. Aí tudo bem, o observador que nós conhecemos foi lá e falou: *Tudo bem, o Celso e o grupo dele são bruxos? São.* Então a IBWB pode aceitar eles como membros. Por que, o que acontece? É muito comum, você tem uma outra associação aí, a UWB, você já deve ter visto falar na internet, né? O que é isso? Na verdade não é nenhuma associação. Começou como um grupo de internet, parece que agora até se organizaram

em pessoa jurídica, não sei bem os detalhes, mas qualquer pessoa chega lá e fala: *Eu sou bruxo*, ninguém verifica e, portanto, ninguém sabe, pode ser um personagem de internet. Em todo lugar sem verificação você corre o risco de ter vários tipos de farsantes, várias pessoas que são charlatãs, pessoas que têm interesses pouco éticos. Não estou afirmando que isso ocorre na UWB ou em outros lugares, mas, como eles aceitam tudo o que a pessoa afirma, sem verificação, claro que é possível que isso ocorra, lá e em qualquer outro grupo de associação livre. Na IBWB, esse é o maior diferencial: quem nós referendamos é porque se deu a conhecer, não tem o que esconder e pratica realmente bruxaria e Wicca com preceitos éticos bem definidos. A afiliação controlada e verificada de membros tem essa vantagem inegável. As pessoas podem se revoltar contra isso, mas esse argumento é praticamente irrespondível; é uma forma muito mais segura de agir, especialmente porque periodicamente, se houver denúncias, por exemplo, a IBWB pode descredenciar uma pessoa que não esteja agindo conforme nosso compromisso de ética e isso também se tornará público.

Nesse meio esotérico em geral, você vai encontrar isso com frequência. Então, a IBWB surgiu como uma proposta diferente: a gente só vai referendar quem se der a conhecer. Quem não tem medo de mostrar o que faz, quem se comprometer a não vai cometer nenhum tipo de ato ilegal, quem se comprometer com determinados nortes do tipo: não ter nenhum tipo de discriminação, não ter violação de direitos humanos, ter o respeito ao meio ambiente. Porque, pra nós, isso faz parte da essência da bruxaria, entendeu? Então, é isso. A institucionalização da IBWB é isso.

A gente caminha a passos lentos porque agora as pessoas estão começando a vencer o medo de fazer os estágios e uma tá começando a contar pra outra: *Olha, eu fiz a observação e é muito simples, ninguém encheu meu saco, ninguém atrapalhou minha vida, meu coven tá normal e eu tenho as vantagens de estar institucionalizado*. Então eu acho que isso ainda é um progresso lento, tá? Vai demorar muito, alguns anos ainda, para as pessoas vencerem isso; e tem também um outro fenômeno, que é, ao invés de entrarem para a IBWB, tem grupos preferindo criar as próprias entidades religiosas. Eu acho isso legal, porque quer dizer que eles vão sair da informalidade, que é o que eu acho importante, porque na hora em que a Lei Geral das Religiões entrar em vigor, e ela vai entrar porque é interesse da bancada evangélica, isso vai ser importante. Estar institucionalizado é uma garantia dos grupos de que não vai ter uma interferência na prática religiosa e que o Estado vai continuar protegendo essa prática.

Mas eu acho uma pena, porque a IBWB é uma proposta plural, uma proposta de juntar muitas pessoas e criar um órgão realmente representativo de uma comunidade wiccaniana. Espero que essa cultura de rejeição mude.

A IBWB, então, estaria relacionada a uma questão mais jurídica, certo? Não tem um templo, como outras religiões?

Não. Eu procuro fazer uma comparação que é até meio esquisita, mas acho que é legal para entender. Quem cria cachorro é filiado ao Kennel Club, obrigatoriamente. O que é o Kennel Club? É um clube mesmo? Não, não é um clube com piscina, quadras de esporte, ele é um cartório de registro. Ele dá legitimidade àqueles cruzamentos de cachorros, *fulano com fulano tem este filhote, que tem este pedigree*. Então é uma institucionalização daquela raça. A IBWB tem esse compromisso, de ser um cartório também. Se você é bruxo, eu fui lá ao seu coven, vi que você é bruxo mesmo, você se comprometeu a estar dentro desses princípios mínimos que a gente considera a prática da bruxaria, então eu posso atestar perante as autoridades que você é bruxo. É um cartório de registro mesmo, principalmente.

Só para finalizar. Hoje, a IBWB conta aproximadamente com quantos membros?

Olha, oficiais? Por volta de cento e poucos sacerdotes já cadastrados e tal. Assim, em termos do universo de praticantes de Wicca no Brasil, é um número pequeno. Em termos de pensar quantas pessoas já passaram e optaram por atravessar essas resistências todas e este medo da institucionalização, já é uma boa vitória. São quatro anos de trabalho para a gente estar aqui agora. Eu acho que conforme a gente for vencendo estas resistências, vai ter mais gente na IBWB e eu acho legal ter mais gente pra criar uma igreja forte, com uma melhor representatividade perante a sociedade e perante as autoridades.

Muito obrigado, Mavesper.

Recebido: 20/09/2014

Aprovado: 08/10/2014